

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE SÃO PAULO

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIA DE  
AVALIAÇÃO DE IMPACTO: O CASO DO PROGRAMA  
CAPACITASUAS.

Marcilio Marquesini Ferrari

São Paulo

2014

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE SÃO PAULO

IMPLEMENTAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO NO ÂMBITO DO  
PROGRAMA CAPACITASUAS.

Autor: Marcilio Marquesini Ferrari

Tutor orientador: Otávio Dias de Souza Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso da  
Fundação Escola de Sociologia de São  
Paulo para obtenção do título de  
Especialista em Gestão e Políticas Públicas

São Paulo, 2014

## Lista de Ilustrações.

Figura 1 – Evolução do número de trabalhadores no SUAS conforme vínculo empregatício - 2011	08
Figura 2 – Nível de escolaridade dos trabalhadores do SUAS - 2011	09
Quadro 1 – Serviços socioassistenciais ofertados no Brasil	10
Figura 3 – Ciclo da política pública	17
Figura 4 – Ciclo de Políticas Públicas e Programas.	18
Quadro 02– Normativos que preveem a execução do Programa CapacitaSUAS no âmbito do SUAS – 2014	27
Figura 05– Distribuição de IES na RENEP-SUAS – Credenciamento 2012	28
Quadro 3 – Detalhamento dos cursos do Programa CapacitaSUAS (2012)	29
Quadro 04 - COMPETÊNCIAS SOCIOPROFISSIONAIS REQUERIDAS PELO SUAS	31
Figura 05 – Oficina de alinhamento do Programa CapacitaSUAS	32
Figura – 06 - Estados que executam ou já executaram o Programa CapacitaSUAS	33
Quadro 5 – Distribuição de vagas ofertadas na primeira etapa do Programa CapacitaSUAS por Estado – 2012.	34
Figura 07 – Oficina de aprendizagem – Estado Pernambuco, 2014	35

## Sumário

Introdução	
2) DESENVOLVIMENTO	13
2.1) Identificação de um Problema relevante	13
2.2) Justificativa do Problema	13
2.3) Marco de referência conceitual	14
2.4) Descrição do Problema	28
2.5) Explicação do Problema	28
2.5.1) Contextualizando o problema	28
2.5.2) Especificidades do Programa que influenciam no problema	36
2.6) Descritores dos resultados esperados	38
2.7) Qual é a proposta? O que deve ser feito para equacionar o problema?	39
2.8) Análise de viabilidade e plano de ação	40
2.9) Análise de atores envolvidos e interesses	40
2.10) Análise dos riscos	41
2.11) Balanço do Projeto	41
3) CONCLUSÃO	42
4) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

## Resumo

Este estudo trata de pesquisa aplicada à prática profissional no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Analisou-se a estrutura e a metodologia de execução do Programa CapacitaSUAS e propôs-se no estudo, a construção por parte da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) vinculada ao MDS, a construção e execução de pesquisa de avaliação de impacto do Programa, com vistas a aprimora-lo. O estudo percorreu a discussão teórica de algumas categorias analíticas relacionadas a políticas públicas, política de assistência social.

Palavras chave: Política Pública, Assistência Social, Programa CapacitaSUAS, Avaliação de Impacto.

## INTRODUÇÃO

A política pública de Assistência Social, responsabilidade do Estado, está assentada nos princípios da descentralização e da participação social bem como à progressiva ampliação de seu papel no âmbito da proteção social brasileira e da melhoria das condições de vida da população. Consagrada pela Constituição Federal de 1988 como uma política não contributiva e de direitos, sua organização é dada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 1993), alterada pela Lei nº 12.435, de 6 julho de 2011. A Lei 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS) estabelece em seu artigo 2º que a Assistência Social tem como objetivos: i) a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; ii) a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças de vitimizações e danos e iii) a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Em relação à organização da gestão a mesma é executada via Sistema Único de Assistência Social, de caráter descentralizado e participativo.

Necessidades não atendidas de qualificação dos trabalhadores e gestores do SUAS e dos conselheiros da assistência social têm como conseqüências a persistência de deficiências na gestão e no exercício do controle social do SUAS e inadequações na prestação dos serviços e benefícios socioassistencias, que comprometem a qualidade das entregas do sistema à população.

Além disso, a falta de oportunidades de qualificação fragiliza o trabalhador que carece de espaços continuados e sistemáticos de estudo e reflexão sobre o seu trabalho. Os trabalhadores do SUAS tem muito o que se atualizar em relação às normas, ferramentas e procedimentos que velozmente se aprimoram na política de assistência social; e, no âmbito da prestação dos serviços, precisam interromper as urgências do dia a dia para refletir e sistematizar estratégias profissionais inovadoras, que priorizem as abordagens coletivas e a participação ativa dos usuários, no sentido de reverter relações autoritárias e tuteladoras que subalternizam a população (Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS. MDS, 2011).

A LOAS ainda organiza a assistência social em forma de um Sistema descentralizado e participativo. A noção de Sistema, no caso o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) parte da noção de um conjunto de elementos interconectados, a fim de formar um todo organizado.

Em 2004 foi criada a Política Nacional de Assistência Social após um amplo debate junto aos setores da Assistência Social no país, a qual trouxe diversas inovações tais como: a) estruturação dos níveis de proteção social com perspectiva socioterritorial, ou seja, considerando diversidades locais e regionais; b) tem com base de referência a família, espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias; c) executada nos territórios, tendo como parâmetros as demandas, necessidades e potencialidades locais; d) ultrapassa a visão de atenção aos mais pobres, aos necessitados, recolocando o foco da assistência social nas necessidades sociais, pautada na dimensão ética de incluir as diferenças e os diferentes.

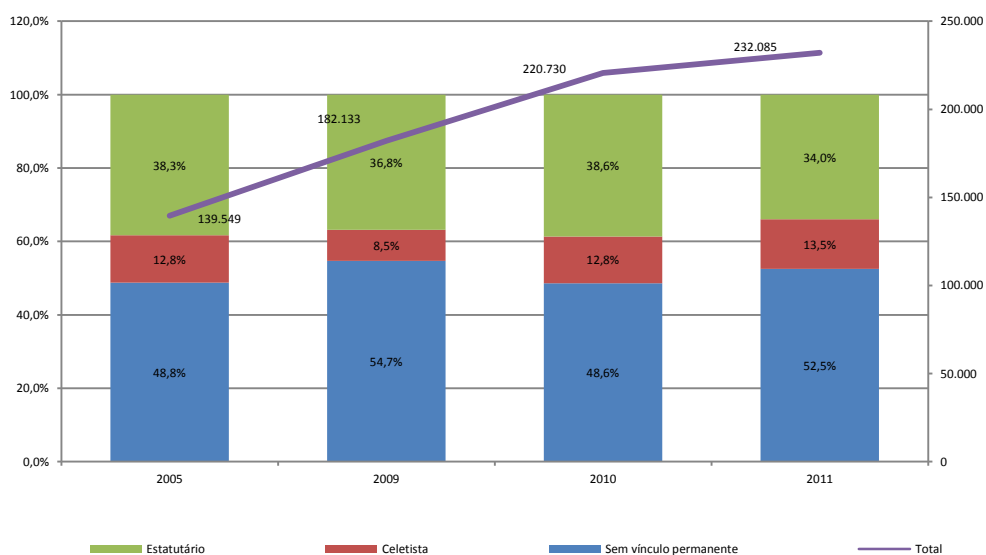
Sposati (2009) afirma que a PNAS-2004 concretiza o esforço de sistematizar o conteúdo da assistência social como política de proteção social sendo responsável por três funções: a) Vigilância Social entendida como a capacidade de detectar, monitorar as ocorrências de vulnerabilidade e fragilidade que possam causar a desproteção, além da ocorrência de riscos e vitimizações; b) Defesa de direitos compreendida como a preocupação com os procedimentos dos serviços no alcance de direitos socioassistenciais e na criação de espaços de defesa para além dos conselhos de gestão pública e c) Proteção social definida pela rede hierarquizada de serviços e benefícios.

Ainda no contexto dos normativos que regem o SUAS, é de se destacar os conteúdos e exigências contidas na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS 2005), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH 2006), a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS 2012) que substituiu a NOB SUAS 2005.

Esta mudança no paradigma da Política de Assistência Social consolidando o conjunto de processos, procedimentos e atividades, relacionadas ao planejamento, operacionalização, monitoramento, avaliação e controle social do conjunto de ações finalísticas, exige dos profissionais que atuam no SUAS novos saberes e capacidades para a prestação de serviços de forma qualificada em um ambiente de trabalho heterogêneo composto por uma variedade de profissionais, com diferentes graus de formação escolar, atuando nas três esferas de governo.

Essa diversidade e heterogeneidade dos trabalhadores do SUAS pode ser percebida pelos resultados do Censo SUAS em 2011. O gráfico abaixo trata da evolução do número de trabalhadores no SUAS por vínculo empregatício:

**Figura 1 – Evolução do número de trabalhadores no SUAS conforme vínculo empregatício - 2011**

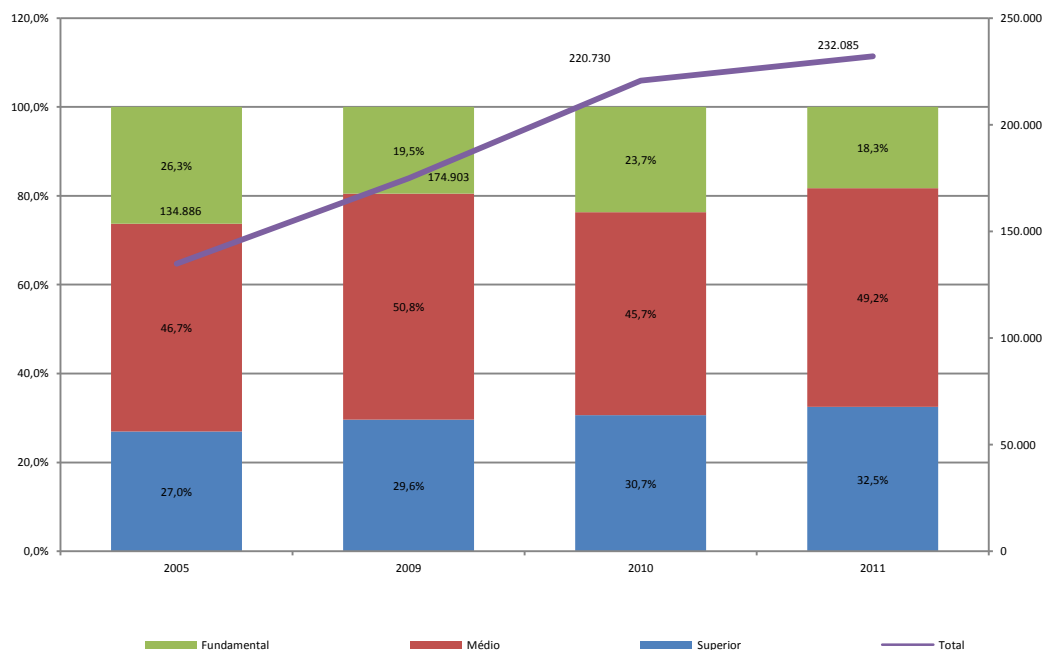


Fonte: Censo SUAS 2011

Pelos resultados apontados na figura anterior, percebe-se aumento do quantitativo de trabalhadores da Assistência Social de 139mil em 2005 para 232 mil em 2011, perfazendo uma taxa de crescimento de 8,9% ao ano. Por seu turno, não houve alterações significativas nos vínculos empregatícios destes trabalhadores, com cerca de metade deles não tendo vínculo permanente, conforme ilustrado na figura que se segue:



**Figura 2 – Nível de escolaridade dos trabalhadores do SUAS - 2011**



Fonte: Censo SUAS 2011

Pelos dados acima percebe-se que o expressivo aumento de trabalhadores atuantes na Assistência Social não implicou em uma deterioração de sua qualificação profissional. Pelo contrário, o grau de escolaridade melhorou, com os profissionais que têm nível superior passando a representar 32,5% do total em 2011, contra 27% em 2005.

Em relação à quantidade e complexidade de oferta de serviços socioassistenciais, percebe-se que há um aumento quantitativo e qualitativo na oferta dos serviços na Assistência Social a partir de 2005 conforme pode ser visualizado no quadro que se segue:

**Quadro 1 – Serviços socioassistenciais ofertados no Brasil**

2005	2009 - 2012
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente;</li> <li>2. Atendimento à Criança e ao Adolescente em Ações Socioeducativas e de Convivência;</li> <li>3. Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias;</li> <li>4. Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência;</li> <li>5. Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa;</li> </ol>	<p><b>Serviços de Proteção Social Básica:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);</li> <li>2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</li> <li>3. Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.</li> </ol> <p><b>Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);</li> <li>2. Serviço Especializado em Abordagem Social;</li> <li>3. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);</li> <li>4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;</li> <li>5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.</li> </ol> <p><b>Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:</li> <li>2. Serviço de Acolhimento em República;</li> <li>3. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;</li> <li>4. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.</li> </ol>

Nesse contexto, sobretudo em resposta as deliberações de diversas conferências nacionais de Assistência Social, foi instituído o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS, Resolução CNAS Nº 8 de 2012) com o objetivo de aprimorar as capacidades/competências de gestão, provimento de serviços e benefícios, e de controle social dos trabalhadores e conselheiros do SUAS por meio do apoio aos estados e ao Distrito Federal na execução dos Planos Estaduais de Capacitação do SUAS.

Sua execução conta com a transferência direta de recursos do Governo Federal via Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Estaduais de Assistência Social a partir de critérios técnicos e Termo de Aceite assinado pelo Governo estadual. A gestão do Programa em âmbito Federal está a cargo da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Cabe à SAGI a construção de matrizes pedagógicas dos cursos a serem ofertados no âmbito do Programa, realizar a oficina de alinhamento com Estados e Instituições de Ensino executoras e aplicar instrumentos de monitoramento e avaliação.

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a gestão do Programa é compartilhada entre a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

A SAGI é uma Secretaria meio cujas atribuições estão definidas na Portaria 120, de 12 de julho de 2012 que aprova o Regimento Interno do MDS conforme pode se visualizar abaixo:

- I - desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas de desenvolvimento social e combate à fome e a gestão da informação no âmbito do Ministério;
- II - elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome, voltados à promoção:
  - a) da capacidade de formulação estratégica, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional;
  - b) de provimento de informações à formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento social e combate à fome;
  - c) de concepções de modelos de gestão voltados para resultados;
  - d) de transparência, controle social e conduta ética na gestão pública;
  - e) da otimização de alocação de recursos para o alcance dos resultados visados;
  - f) de sistemas de informações, aprendizado, competências e conhecimento necessários à excelência dos processos organizacionais;
  - e
  - g) de metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome;
- III - promover a formação e a capacitação de agentes públicos e sociais nos níveis federal, estadual e municipal;

IV - promover a gestão do conhecimento, o diálogo das políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes e esferas federativas e outros países; e

V - apoiar a proposição, avaliação, validação, cálculo e disseminação de indicadores no âmbito das políticas de desenvolvimento social e combate à fome.

Por meio do Departamento de Formação e Disseminação (DFD) a SAGI constrói e executa ações de capacitação presenciais e a distância para agentes públicos e sociais que atuam diretamente nas políticas executadas pelo MDS. Atualmente o Departamento é composto por três coordenações quais sejam: Coordenação Geral de Formação de Agentes Públicos e Sociais, Coordenação Geral de Disseminação e Coordenação Geral de Publicações Técnicas.

Para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) utilizou-se os seguintes métodos e técnicas de pesquisa:

- a) Levantamento bibliográfico acerca das categorias analíticas políticas públicas, avaliação de políticas públicas, política pública de assistência social proteção social não contributiva, educação permanente. O levantamento bibliográfico valeu-se de pesquisas em sítios virtuais de Instituições de Ensino Superior conforme orientado pelo tutor, análise de normativos no âmbito da política nacional de assistência social; aprofundamento teórico com autores que dialogam tanto com o problema de pesquisa quanto com a política de assistência social;
- b) Sistematização das informações relativas ao Programa CapacitaSUAS oriundas da própria SAGI;
- c) Construção de proposta de avaliação de impacto dos cursos no âmbito do Programa CapacitaSUAS;

As seções que se seguem tratam dos itens constitutivos das orientações para elaboração do TCC conforme disponibilizado no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas.

## 2) DESENVOLVIMENTO

### 2.1) Identificação de um Problema relevante

O problema da pesquisa aplicada trata da dificuldade em construir, executar e utilizar instrumento de avaliação de impacto do Programa, dada a sua complexidade operacional e diversidade de atores envolvidos.

### 2.2) Justificativa do Problema

Para a construção da justificativa do problema faz-se necessário compreender os mecanismos para a execução do Programa, suas características, atribuições e ações desenvolvidas pela SAGI para contextualizarmos o problema de pesquisa.

No tocante ao Programa em tela, cabe à SAGI em linhas gerais construção de Projetos Pedagógicos dos cursos a serem ofertados no âmbito do Programa, assessoria técnica para Estados quando da elaboração de termos de referência para a contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) visando a oferta dos cursos; realização de oficina de alinhamento com Estados e Instituições de Ensino executoras e construção, aplicação e análise dos instrumentos de monitoramento e avaliação:

No âmbito da execução do Programa, cada curso está estruturado em ementas, objetivos instrucionais, enfoque e atividades pedagógicas. Tais itens compõem a matriz pedagógica oferecida aos Estados e Instituições de Ensino Executoras (Instituições de Ensino Superior selecionadas via Chamada Pública). Os cursos tem duração de 40 horas e contam com a realização de avaliação de aprendizagem processual e oficinas de aprendizagem que dialogam com conteúdos e práticas profissionais.

De acordo com a Resolução CNAS Nº 8, algumas tarefas do CapacitaSUAS devem ser geridas de forma compartilhada entre os entes federados, tais como: 1) Formular, coordenar, executar e cofinanciar os planos de capacitação - CapacitaSUAS em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Capacitação do SUAS; 2) Definir normas, padrões e rotinas para a liberação dos trabalhadores para participar de capacitação e aperfeiçoamento profissional; 3) Desenvolver capacitações para atender agendas pactuadas - Ofertar capacitação introdutória (nivelamento);

Ofertar cursos de atualização; Ofertar cursos de aperfeiçoamento; 4) Instituir parcerias com Instituições de Ensino Superior - IES; 5) Disseminar conteúdos produzidos nos processos formativos; 6) Ofertar cursos que certifiquem os trabalhadores; 7) Identificar e socializar práticas socioassistenciais exitosas, na perspectiva da participação dos usuários do SUAS; 8) Monitorar e avaliar os processos formativos.

Neste contexto, a complexidade para a construção de metodologia de avaliação de impacto para cursos de capacitação tem se configurado como um desafio ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pois tal metodologia é ainda novidade no âmbito das ações de capacitação.

### 2.3) Marco de referência conceitual

Para a construção do TCC serão utilizadas algumas categorias analíticas que permearão o estudo. As principais são: política pública, avaliação de políticas públicas, proteção social não contributiva, política pública de assistência social, educação permanente. Para a categoria política pública, serão utilizadas as contribuições teóricas de SARAVIA (2006), JANNUZZI et al (2010), DI GIOVANNI (2009), SILVA & MELO (2000), RUA (1998). Por sua vez, a categoria analítica avaliação de políticas públicas utilizaremos as contribuições de VAITSMAN & PAES-SOUSA (2006), Belloni (2000), Figueiredo e Figueiredo (1986), Arretche, 1999b. No tocante às categorias analíticas proteção social não contributiva e política pública de assistência social utilizaremos as contribuições de Sposati (2009), Couto (2009) e Paes (2009). Finalmente para a categoria Educação Permanente utilizaremos as contribuições de BORGES-ANDRADE et al (2006), CECCIM (2005), MOREIRA (2006). Relacionando com os conteúdos discutidos na Disciplina 1, o projeto de TCC se insere no contexto do Estado necessário em contraposição ao Estado herdado. Para tanto utilizaremos as contribuições de Dagnino (2009).

A presente seção destina-se a discutir e analisar a categoria analítica políticas públicas a partir das contribuições teóricas dos principais autores do tema. Nesse sentido, vários autores percorreram do ponto de vista teórico a discussão sobre o conceito de políticas públicas. Para Saravia —trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. O autor afirma ainda que é possível considerá-las como

estratégias que apontam para diversos fins, que são desejados por todos os grupos que efetivamente participam do processo decisório<sup>1</sup> (SARAVIA, 2006, p. 22).

O autor, ao utilizar as contribuições de Subirats, Hogwood e Gunn afirma que existem diversos significados para o termo políticas públicas tais como: ramo de atividade governamental (política de saúde, educacional, comercial), propósito geral a ser realizado (política de emprego estável para os jovens), uma situação social desejada (política de restauração de centros históricos, contra o tabagismo, de segurança), uma proposta de ação específica (política de reflorestamento dos parques nacionais, de alfabetização de adultos), uma norma ou normas que existem para determinada problemática (política ecológica, energética, urbana), um conjunto de objetivos e programas de ação que o governo tem em um campo de questões (política de produtividade agrícola, de exportação, de luta contra a pobreza). Ou a política como produto e resultado de específica atividade governamental, o comportamento governamental de fato (a política habitacional conseguiu construir *n* número de casas, a política de emprego criou *n* postos de trabalho), o impacto real da atividade governamental (diminuição do crime urbano, aumento da conclusão do ciclo básico de estudos, diminuição dos preços ao consumidor, redução da inflação), o modelo teórico ou a tecnologia aplicável em que se sustenta uma política governamental.

Ao discorrer sobre como se dá o processo de construção da política pública, o autor afirma que na América Latina as etapas clássicas da política pública (elaboração, implementação e avaliação) precisam ser ampliadas por conta das influências culturais: É necessário, por exemplo, distinguir elaboração de formulação. A primeira é a preparação da decisão política; a segunda, a decisão política, ou a decisão tomada por um político ou pelo Congresso, e sua formalização por meio de uma norma jurídica. A implementação também deve ser mais detalhada na América Latina. É necessário separar a implementação propriamente dita, que é a preparação para a execução (ou, em outras palavras, a elaboração de planos, programas e projetos), da execução, que é por em prática a decisão política. (SARAVIA, 2006, p. 32)

De forma sintética, e de acordo com as contribuições do autor, pode-se descrever as etapas para o processo da política pública da seguinte maneira: a) **Agenda**

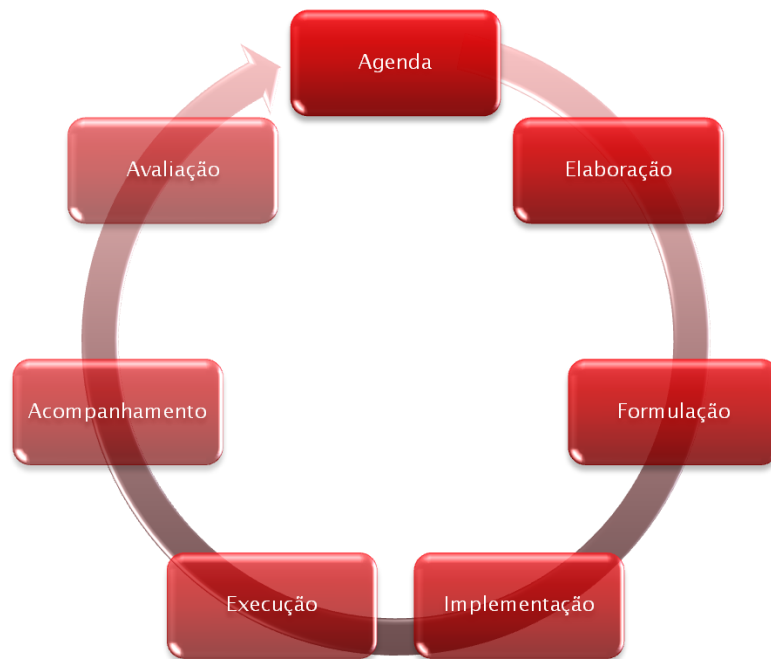
---

<sup>1</sup> Saravia ao analisar as visões sobre a atividade estatal, afirma que atualmente as realidades estatais são analisadas sob influência das ciências administrativas e organizacionais. Porém afirma que os países de origem ibérica tem no legalismo uma forte influência em seu aparato estatal: —Nos países de origem ibérica, o legalismo é condição essencial da sua cultura. Os conquistadores espanhóis e portugueses levavam nas suas naus os textos das leis que deviam aplicar nas terras que iriam descobrir. (SARAVIA, 2006, p. 22)

(entendida como a inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda do governo, na lista de prioridades, do poder público; b) **Elaboração** (identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, com determinação de possíveis saídas para solução ou satisfação); c) **Formulação** (inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declarações que explicitam a decisão adotada com definição de marco jurídico, administrativo e financeiro); d) **Implementação** (compreendida como planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos); e) **Execução** (entendida como conjunto de ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos pela política); f) **Acompanhamento** (processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade); g) **Avaliação** (consiste na mensuração e análise em momento posterior dos efeitos produzidos pelas políticas públicas). A figura que se segue ilustra o ciclo proposto:



**Figura 3 – Ciclo da política pública**



Jannuzzi et all (2010) analisam o ciclo de políticas públicas com menos estágios em comparação com Saravia<sup>2</sup>. Tal análise apresenta o modelo do ciclo de políticas públicas em etapas, quais sejam: a ) **Definição da Agenda** (*Agenda-Setting*), composta pelos caminhos e processos que consubstanciam no reconhecimento de uma questão social como problema público e da necessidade da ação governamental para sua solução; b) **Formulação de Políticas e Programas** (*Policy Formulation*) corresponde aos processos e atividades vinculados à construção das soluções dos problemas apontados anteriormente na Agenda; c) **Tomada de Decisão Técnica e Política** (*Decision Making*), momento onde opta-se o caminho a seguir, de ação efetiva ou não, decidindo-se por uma ou mais alternativas então formuladas; d) **Implementação de Políticas e Programas** (*Policy Implementation*) compreendida como o momento em que se executa a Política e o Programa a partir dos esforços governamentais visando a alocação de recursos e desenvolvimento dos processos previstos nas alternativas e programas escolhidos; e) **Avaliação das Políticas** (*Policy Evaluation*), momento onde é

---

<sup>2</sup> Para Jannuzzi et all (2010) “em que pesem as críticas de longa data quanto à forma simplificada com que esse diagrama apresenta o processo político e sua própria veracidade empírica, a separação em etapas se presta aos objetivos de evidenciar, ao longo do processo, ênfases diferenciadas no planejamento, operação ou avaliação de programas.

analisado se os esforços empreendidos seguiram o sentido anteriormente esperado (a solução do problema original).

O ciclo proposto pelos autores pode ser visualizado na figura a seguir:

**Figura 4 – Ciclo de Políticas Públicas e Programas.**



Fonte: Jannuzzi, et al, 2010

Di Giovanni por sua vez define políticas públicas<sup>3</sup> como —uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. (DI GIOVANNI, 2009, p.02)

O autor, ao analisar as estruturas elementares das políticas públicas afirma que a observação histórica das políticas públicas possibilita a identificação de elementos invariantes em todas elas, embora cada uma delas tenha ocorrido de maneira singular. Nesse sentido, propõe quatro estruturas elementares das políticas públicas quais sejam:

<sup>3</sup> Este autor ao analisar a construção histórica das políticas públicas, salienta que a tradição norte americana considera uma peculiaridade lingüística cultural ao tratar o tema. Segundo aquela tradição, *politics* está relacionado à política e aos fenômenos de poder (eleições, representação política, etc) e *policy* refere-se a adoção de formas de ação, linhas de atuação, com proximidade ao campo da administração.

- a. Estrutura formal (composta pelos elementos teoria, práticas e resultados). Segundo o autor, a estrutura formal capta, de modo imediato, os aspectos e elementos exteriores da intervenção pública, na medida em que estabelece as relações indissociáveis entre uma —teoria, um conjunto de práticas e um conjunto de resultados.(DI GIOVANNI, 2009);
- b. Estrutura substantiva (composta pelos elementos atores, interesses e regras). Neste caso, refere-se a estruturas sociais e políticos de uma *policy*, dado que as políticas públicas são atividades sociais e se concretizam por intermédio de ações sociais.
- c. Estrutura material (composta pelos elementos financiamento, suportes e custos). Trata especificamente das condições econômicas para a realização da política pública.
- d. Estrutura simbólica (composta pelos elementos valores, saberes e linguagens). Estão relacionados à cultura e valores pelos quais se definem as políticas públicas em cada localidade.

Jannuzzi et all (2010) utilizando-se das contribuições de Nascimento (1991) afirmam que política pública corresponde ao conjunto de decisões tomadas por aqueles que detêm competência legal para deliberar em nome da coletividade – as instituições de Estado – visando à solução de um problema ou ao redirecionamento de uma tendência, com a intenção de orientar sua evolução para um fim estabelecido com o desejável. Os autores ainda afirmam que:

O programa público é, pois, um dos instrumentos operacionais das políticas pública. Mais especificamente, trata-se de um conjunto sistêmico de ações programadas e articuladas entre si, com objetivo de atender uma demanda pública específica, encampada na agenda de prioridades de políticas públicas do Estado ou governo. (JANNUZZI, ET ALL, 2010, p. 108)

Silva & Melo por sua vez, propõem uma nova abordagem sobre a fase de implementação da política pública. Os autores partem da discussão de dois modelos de análise do *polyce cycle* para a construção de uma terceira via que avance na análise e preencha lacunas das visões anteriores. Para os autores, a visão clássica, do *policy cycle* não a compreende como um processo. Assim, pela visão clássica do *policy cycle* a fase de formulação da política pública é composta por uma série de diagnósticos prévios e um sistema adequado de informações que subsidiarão a definição de metas os recursos e o horizonte temporal da atividade de planejamento. (SILVA & MELO, 2000).

Dessa maneira, a implementação<sup>4</sup> é definida como a —execução de atividades que permitem que ações sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas‖ (Silva & Melo, 2000, p.4).

Para os autores, não há nesta perspectiva, a formulação e implementação da política pública feita de cima para baixo (*top down*), ou seja, não há perspectiva da consideração dos efeitos retroalimentadores da etapa de formulação da política pública. A segunda visão chamada de processual linear, avança na perspectiva de se considerar a fase de implementação enquanto um processo ao contrário da visão clássica. Por esta visão, na fase de implementação, o monitoramento e a avaliação são realizadas possibilitando possíveis correções de rota, quando necessário, a partir da detecção de problemas no momento da implementação. Estes problemas, por sua vez, são de naturezas diversas, quais sejam:

- i) aspectos relacionados à capacidade institucional dos agentes implementadores;
- ii) natureza política na implementação de programas ou políticas;
- iii) resistências e boicotes realizados por grupos ou setores declaradamente contrários à política pública.

Os autores afirmam que o segundo modelo é avançado em relação ao primeiro. Porém é insuficiente uma vez que — confere um primado excessivo à atividade de formulação, em detrimento das outras dimensões. (SILVA & MELO, 2000 p.6). As premissas do modelo e as críticas apresentadas pelos autores podem ser visualizadas a seguir:

- a. Diagnóstico que informa a formulação de políticas é essencialmente correto. Não há condições de se afirmar que todo o diagnóstico a ser feito sobre o setor é essencialmente correto, pois é possível que existam discrepâncias nas informações trabalhadas pelos formuladores.
- b. O formulador dispõe de todas as informações necessárias ao desenho das propostas programáticas. É impossível que o formulador tenha todas as

---

<sup>4</sup> Rua (1998) define implementação como —ações necessárias para que uma política sai do papel e funcione efetivamente. Pode ser compreendida como o conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos, de natureza pública ou privada, com vistas à obtenção de objetivos estabelecidos antes ou durante a execução de políticas.‖ A autora avança na conceituação de implementação subdividindo-a em duas fases diferentes: a **implementação administrada**, quando uma política requer a constituição de uma estrutura organizacional complexa para sua execução e a **implementação não administrada** quando uma política apenas estabelece regras e condições e deixa aos interessados as iniciativas à sua realização

informações necessárias para a construção da proposta uma vez que, não raro, algumas informações não estão no raio de governabilidade do formulador.

- c. O formulador dispõe de um modelo causal válido. Muitas vezes o modelo causal não se relaciona com o fenômeno em si mas em relação ao efeito de determinados fatores sobre sua redução.

Desta forma, o modelo proposto pelos autores parte das seguintes premissas: I) os formuladores de políticas públicas operam num ambiente carregado de incertezas<sup>5</sup>; II) necessidade de se encarar os problemas de implementação de maneira estratégica incorporando visões críticas de viabilidade política de políticas e os problemas de coordenação interorganizacional; III) recusa da implementação como uma fase subsequente à formulação; IV) reconhece a existência do jogo político entre diversos atores políticos e sociais que atuam em rede (redes de formuladores, implementadores, stakeholders e beneficiários que dão sustentação à política pública). Assim para os autores, neste modelo, —a implementação é entendida como processo autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não só implementadas (SILVA & MELO, 2000, p. 11.). Ainda, os autores afirmam que neste modelo a implementação —cria novas políticas e considera o aprendizado na implementação de políticas públicas. Rua (1998) também afirma que a fase de implementação da política pública é compreendida como um processo sem que seja considerada uma etapa subsequente à etapa de formulação:

Além disso, nem sempre a implementação se distingue do próprio processo de formulação, e em muitos casos, a implementação acaba sendo algo como "a formulação em processo". Isto tem conseqüências: entre outras, os próprios objetivos da política, e os problemas envolvidos, não são conhecidos antecipadamente em sua totalidade, ao contrário, vão aparecendo à medida em que o processo avança. Além disso, se há políticas que possuem características de "programas" - com objetivos e recursos definidos claramente - outras não possuem tais características, sendo muito menos claras, inclusive quanto aos seus limites. (RUA, 1998, p. 256)

Até aqui discutiu-se as diversas características do conceito de políticas públicas e as implicações para os processos de implementação, monitoramento e avaliação. A

---

<sup>5</sup> Para os autores, as incertezas se manifestam nos seguintes níveis: i) limitações cognitivas quanto aos fenômenos pelos quais os implementadores das políticas públicas intervêm; ii) os formuladores de políticas não controlam e nem podem prever as contingências do sistema de informações no futuro; iii) planos ou programas são conjuntos limitados de cursos de ação e decisões que os agentes devem seguir ou tomar e iv) os formuladores expressam suas preferências individuais ou coletivas através de programas ou políticas cujo conteúdo substantivo pode ser divergente daquele da coletividade.

próxima seção tratará especificamente do momento da Avaliação da Política Pública, objeto de estudo da Disciplina.

Pode-se afirmar que a avaliação em si é um ato que instrumentaliza o conhecer, o compreender, o orientar, o aperfeiçoar ações de indivíduos ou grupos. Portanto, avaliação pode ser entendida como “um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento” (Belloni, 2000, p. 15).

Os interesses em realizar a avaliação de determinados programas e políticas públicas são os mais diversos, e vão muito além de simplesmente comparar os efeitos de um projeto com as metas na qual ele se propôs. De certa forma, talvez este seja realmente o objetivo, em curto prazo, da análise dos programas quando implementados, que sob essa ótica, defini avaliação como o estudo que se ocupa da análise da eficiência de determinada política.

Na avaliação de uma política pública, é examinada a política em si, entendida como aquelas ações de um governo com vistas ao alcance de um objetivo concreto, seus resultados e conseqüências. Assim, na análise da implementação de políticas institucionais, se faz necessário o entendimento da “missão institucional”, enquanto na avaliação das políticas públicas, as instituições que implementam programas não são parte do objeto de avaliação. Nesse caso, são examinadas apenas as políticas, seus resultados e conseqüências, pois, com isso, pode-se obter contribuições da natureza e operacionalidade deste sistema político. Desta forma, a “avaliação política é a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra.” (Figueiredo e Figueiredo, 1986, p.02)

Além de serem elementos básicos do planejamento, a análise de políticas públicas e a avaliação de programas sociais desempenham um papel essencial nesse processo.

A análise de políticas sociais, por exemplo, possibilita o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas, como as formas de relação entre o setor público e o setor privado, as formas de financiamento e as modalidades de prestação de serviços. (Arretche, 1999b, p. 30).

O potencial uso de estudos de avaliação de programas e políticas, com a devida utilização de rigores teóricos metodológicos, permite que a tomada de decisões seja mais bem fundamentada, além de encaminhar melhor a questão da responsabilidade e

utilização qualitativa dos recursos públicos, proporcionando programas que tenham maior efetividade, eficiência e qualidade.

Pode-se tratar a avaliação na perspectiva de um instrumento de aperfeiçoamento da gestão pública, pois ela não está alicerçada somente em um exercício correspondente a um cálculo de “custo benefício”. Mais do que isso, ela está fixada num conjunto de valores partilhados na realidade social, que vão proporcionar e delimitar os traços constitutivos dos programas, enquanto potencializadores das necessidades essenciais da esfera social.

### **Tipologias clássicas do estudo de avaliação**

As tendências de avaliação em políticas e programas públicos apontam para a preocupação em avaliar se as metas foram cumpridas no decorrer do processo, e ainda se as mesmas tiveram êxito. No estudo de avaliação, existem dois focos de análise que permitem dar o subsídio necessário: o enfoque no funcionamento e o enfoque nos resultados.

O foco no funcionamento tem, como principal meta, analisar, de forma específica, os mecanismos de funcionamento do programa. Além disto, estão também presentes, nessa análise, as etapas, os processos e as linhas causais do funcionamento do programa, permitindo, dessa forma, que haja uma intensa verificação da realidade operacional do programa, onde se poderá tomar conhecimento de como os possíveis resultados, esperados ou não, se manifestaram.

Por sua vez, o foco nos resultados está submetido à análise dos resultados que são gerados pelo programa implementado. Este tipo de estudo procura saber, de forma geral, se determinado programa implementado produziu o resultado esperado, ou não. A utilização de metodologia qualitativa, através de técnicas como entrevista com os beneficiários do programa, é uma das referências utilizadas. Logicamente, a utilização também de recursos metodológicos focados no quantitativo são importantes e sua base está fixada em dados oficiais da instituição responsável pelo programa.

Na perspectiva da análise do resultado, os analistas procuram trabalhar os resultados esperados ou não. No caso da análise dos dados esperados, as investigações são feitas com base naqueles resultados já previstos durante a implementação, e alcançados junto aos beneficiários.

Já no caso da análise de dados não esperados, o foco do estudo se volta para os fatos que surgiram no decorrer da implementação e que não estavam previstos

anteriormente. Verificam-se quais os tipos de resultados que foram gerados, e como esses resultados encontrados afetam os beneficiários do programa. De certa forma, independentemente dos resultados que se queira focar, esse tipo de análise é uma importante ferramenta, tanto para os gestores, quanto para os implementadores de programas.

Ainda no foco do resultado, outro importante recurso de avaliação é o estudo de impacto, entendido como a relação entre a implementação do programa e seus resultados de forma mais ampla e complexa, pois procura captar os efeitos do programa sobre a população-alvo, sempre buscando traçar um paralelo entre a política implementada e as alterações nas condições sociais. Nos estudos de impactos, a utilização de recursos metodológicos e de pesquisa de campo é importante para a compreensão do ocorrido com os beneficiários do programa.

### **Tipos de avaliação**

A avaliação de políticas públicas reside na adoção de diferentes técnicas na busca da formulação e implementação de políticas públicas. Na literatura da área, de forma geral, destacam-se quatro diferentes tipos decorrentes deste processo avaliativo: avaliação de Efetividade, Eficácia, Eficiência e Impacto<sup>6</sup>.

A avaliação da Efetividade se constitui no exame da relação entre a implementação e os resultados do programa sob avaliação. Ela expressa, portanto, o resultado concreto dos objetivos e metas a serem alcançados. Cohen e Franco (1993) chamam atenção para duas dimensões da avaliação de efetividade, que, quando confrontadas, permitem avaliar essa efetividade: a medida de impacto e o grau de alcance dos objetivos.

Alguns textos sobre o assunto consideram também a análise na efetividade do programa como de natureza somativa, pois se verifica até que ponto os resultados esperados foram alcançados. Esta depende muito da análise formativa<sup>7</sup>, já que muitos programas nem sempre ultrapassam o processo de implementação. De qualquer forma, muitos estudos avaliativos dessa linha apontam para uma análise de impacto do

---

<sup>6</sup> Optou-se aqui, para fins de análise, em uma divisão dos tipos de avaliação em quatro diferentes técnicas, embora algumas literaturas tratem a análise de Impacto e Efetividade com o mesmo conceito. Há algumas bibliografias que não incorporam o termo Efetividade como conceito de metodologia de avaliação, mas sim como sinônimo da palavra Impacto

<sup>7</sup> A pesquisa formativa está interessada em analisar a etapa de implementação do programa, principalmente com relação aos aspectos que avaliam como o programa foi formado, enquanto este ainda estiver em funcionamento. Dessa forma é possível corrigir problemas, que por ventura existam, não interessando nesse caso a compressão da efetividade do programa em si. A pesquisa formativa ou somativa, uma não exclui a outra, pelo contrário, elas dependem entre si.



programa junto aos beneficiários envolvidos, além de captar dados dos resultados alcançados que não eram previstos na implementação de tal programa.

A avaliação de Eficácia realiza o exame da relação entre os objetivos e instrumentos utilizados, com os resultados alcançados do programa. Sem dúvida, sua prática é muito utilizada pelas políticas públicas, já que seu custo também é mais baixo, pois ela se fundamenta na análise das metas definidas pelo programa, em relação àquelas alcançadas. A definição do sucesso ou fracasso de tal programa depende muito das informações obtidas, da questão da confiabilidade dos dados, exigindo um trabalho de campo que consiga reconstituir a implementação da política analisada. Nesse caminho, os modelos analíticos em políticas públicas apontam a eficácia na análise da produção de bens e serviços públicos que tenham, como principal meta, atingir as demandas em um determinado período de tempo. Além disto, aponta se as demandas são iguais, superiores, ou inferiores ao proposto, medindo, portanto, a eficiência de operação do projeto.

Na avaliação de Eficiência, por sua vez, se considera o exame da relação entre o esforço empregado na implementação e os resultados obtidos. De acordo com Arretche (op. cit.), a utilização dessa metodologia é muito necessária, à medida que há escassez de recursos públicos, contribuindo para uma certa racionalização dos gastos. Programas que priorizam o combate à pobreza, por exemplo, têm em sua raiz a tendência a essa racionalização de gastos, em que o aspecto eficiência ganha importância por trabalharem com universos populacionais muito grandes e despenderem um volume alto de recursos para a realização da ação. Ou seja, a utilização de recursos públicos, na implementação de políticas, requer um grande cuidado com a eficiência dos seus gastos.

A eficiência pode ter, na realidade, duas perspectivas: quando à quantidade do produto, por exemplo, a construção de mil casas populares, já está determinada previamente, e, dessa forma, se procura racionalizar o custo; ou quando o recurso já está fixado, e se procura então encaixar os custos à quantidade do produto que se quer ter. Seu conceito está muito vinculado à análise financeira, e relacionado à noção de produtividade.

Finalmente, tem-se por avaliação de Impacto aquela que revela o desempenho de uma ação pública. Da mesma forma como foi dito anteriormente, a análise de impacto é também o exame da relação entre o esforço empregado na implementação e os resultados obtidos, mas se diferencia da efetividade por ser mais ampla e complexa.

Ela capta os efeitos do programa e a sua relação com a intenção da política, e as alterações efetivas nos beneficiários. A avaliação, dessa forma, está voltada a políticas com propósitos de mudança. Nestas mudanças, pode-se considerar vários tipos de impacto, que não são, de forma alguma, excludentes um do outro. São eles:

- Impactos Objetivos – alterações quantitativas na população alvo;
- Impactos Subjetivos – alteram somente o “estado de espírito” dos beneficiários do programa;
- Impacto Substantivo – altera de forma qualitativa as condições de vida dos beneficiários, ou seja, é importante ver se os propósitos e resultados esperados estão agindo positivamente, dentro dos princípios morais e de justiça social presente.

A análise de impacto, que depende de informações advindas da implementação do projeto está inserida na avaliação *ex-post*. Sua análise pode ser feita em dois momentos: enquanto o projeto está em andamento e depois de finalizado. Sua análise, embora eficiente e mais ampla, não consegue o controle total de todas as variáveis ambientais que atuam no ciclo total da implementação. Vaitsman et all (2006, 23) afirmam que:

A avaliação costuma ser realizada por meio de estudos específicos que procuram analisar aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade de programas e políticas, segundo aquilo que foi definido em seus objetivos. Seu objetivo é melhorar as atividades em andamento e dar subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras.

Outra contribuição relevante é a de Freitas et all (2006). Os autores afirmam que a mensuração do impacto em TD&E (Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações de Trabalho) significa avaliar em que medida os esforços despendidos nestas ações efetivamente geraram os efeitos desejados. Para aos autores, “mensurar impacto de TD&E significa avaliar se a ação empreendida gerou melhorias nos desempenhos dos indivíduos, dos grupos e das organizações”. (Freitas et aal, 2006, 490) No caso do Programa CapacitaSUAS, objeto deste estudo, realizar avaliação de impacto significa avaliar até que ponto ou que medida houve melhoria na prestação de serviços públicos aos cidadãos pelos técnicos do SUAS que participaram em algum momento dos cursos presenciais do Programa.

Ainda no campo da definição conceitual do que vem a ser avaliação de impacto, os autores supracitados afirmam que a noção de impacto está relacionada com os conceitos de transferência de treinamento (aplicação correta dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desempenho profissional) e de desempenho do trabalho. Admitem também que tais noções estão vinculadas tanto efeito no nível do indivíduo quanto na organização.

Assim, pode-se conceituar impacto de TD&E no desempenho do indivíduo como a ocorrência de melhorias significativas no desempenho específico ou no desempenho geral da pessoa treinada, como resultado da aplicação, no trabalho dos CHA's (conhecimentos, habilidades e atitudes) aprendidos em TD&E. (Freitas et al, 2006, 491)

Por sua vez, o desempenho do trabalho é assim definido pelos autores como o conjunto de ações humanas voltadas para a realização de metas, passíveis de julgamento em termos de adequação, eficiência e eficácia e, portanto, muito sensíveis a normas e padrões culturais. (Freitas et al, 2006, 491).

A medição<sup>8</sup> do impacto proposta pelos autores pode ser sinteticamente definida da seguinte maneira: a) avaliar o impacto a partir dos objetivos pedagógicos das ações de capacitação; b) descrição de itens a respeito de comportamento e resultados esperados no trabalho; c) aplicação do instrumento de pesquisa junto ao público alvo.

Em relação as medidas de impacto no âmbito da organização, os autores afirmam que o “foco deve ser no comportamento da organização ou de suas unidades, e, contrariando o nível anterior, nunca nos seus resultados relacionados aos seus objetivos estratégicos, pois isso já significaria estar no próximo nível: o de valor final.” (Freitas et al, 2006, 495). Para esta perspectiva, os autores propõe as seguintes atividades: a) construir indicadores de melhoria dos processos organizacionais ou indicadores mais pragmáticos ou duros; b) uso de observação, perguntas em questionários e realização de entrevistas.

---

<sup>8</sup> Os autores propõem em sua análise a construção de instrumentos de medida para a avaliação de impacto de TD&E a partir de resposta às seguintes perguntas: a) o que medir: comportamento ou resultado?; b) em que nível de complexidade: profundidade ou largura?; c) como medir: observar ou perguntar?

## 2.4) Descrição do Problema

Como afirmado anteriormente, o Programa CapacitaSUAS é de cobertura nacional e envolve a capacitação direta de mais de 74 mil trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Em uma conjuntura de restrição de quadros técnicos em âmbito federal, a construção de metodologia de avaliação que capte como um curso de capacitação presencial influencia ou não na prática profissional num período pós realização do curso, é de grande complexidade, dada a subjetividade do impacto a ser observado.

## 2.5) Explicação do Problema

### 2.5.1) Contextualizando o problema

Conforme afirmado anteriormente, o Programa CapacitaSUAS é executado nacionalmente. Abaixo encontra-se o quadro normativo que prevê a execução do Programa no âmbito do SUAS:

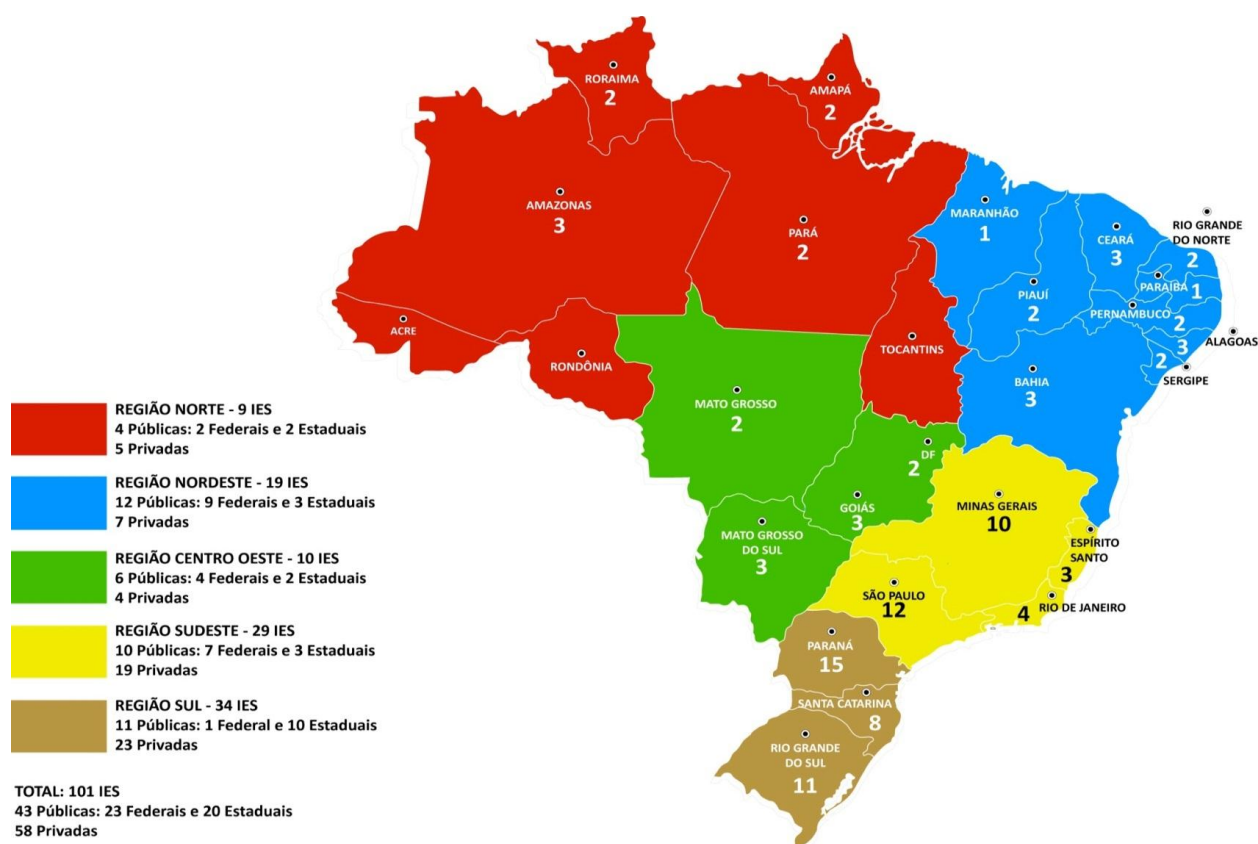
#### **Quadro 02– Normativos que preveem a execução do Programa CapacitaSUAS no âmbito do SUAS – 2014**

<b>Normativo</b>
Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006;
Resolução CNAS nº 8, de 16 de março de 2012, que institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS e aprova os procedimentos e critérios para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao cofinanciamento federal do Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS;
Resolução CNAS nº 4, de 13 de março de 2013, que institui a Política Nacional Permanente do Sistema Único de Assistência Social - PNEP/SUAS;
Resolução CNAS nº 24, de 27 de setembro de 2013, que aprova os critérios de adesão e partilha de recursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social - CapacitaSUAS para os exercícios de 2013 e 2014;
Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS).

Org. própria

Este arcabouço normativo permitiu ao MDS organizar e estruturar a execução do Programa. O desenho do Programa prevê que para a oferta dos cursos, será necessária a instituição e credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) na Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP-SUAS). No ano de 2012, o MDS publicou edital de chamamento público para o credenciamento de IES em todo o território nacional. Atualmente estão credenciadas à RENEPSUAS, 101 IES distribuídas em todo território nacional da seguinte forma:

**Figura 05– Distribuição de IES na RENEPSUAS – Credenciamento 2012**



Fonte: SAGI/MDS

Dessa forma, para sua execução, somente as IES cadastradas na RENEPSUAS poderão participar dos processos de seleção visando a contratação.

Os recursos do Programa foram transferidos do Governo Federal para os Governos Estaduais e Distrito Federal via transferência fundo a fundo, conforme prevê a LOAS.

Foram transferidos em 2012 R\$ 27.375.433,00 (Vinte sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e três reais). Após a transferência dos

recursos, cada unidade da federação iniciou os procedimentos administrativos para a efetivação de contratos com alguma IES da RENEPSUAS.

Cada Unidade da Federação, por meio das equipes de Gestão do Trabalho do SUAS, iniciou o processo de elaboração dos Termos de Referência para a contratação das IES contendo os itens constitutivos da contratação, reduzindo assim, o tempo de contratação. O MDS, por meio da SAGI, realizou nesta fase, ações de assessoramento técnico. Foram desenvolvidas as seguintes ações pela SAGI: a) elaboração e disponibilização de Termo de Referência Padrão para a contratação de IES; b) realização de visitas técnicas nos estados que porventura, necessitassem de reuniões com técnicos da SAGI; c) assessoria técnica realizada por telefone e email (leitura de Termos de Referência elaborados pelos estados e análise dos técnicos da SAGI)

Atualmente estão sendo ofertados três cursos no Programa, quais sejam: Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS; Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e Acompanhamento de Ações do Plano Brasil Sem Miséria ; Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Monitoramento do SUAS e do Plano Brasil Sem Miséria.

Os objetivos e o público alvo de cada curso podem ser visualizados no quadro que se segue:

**Quadro 3 – Detalhamento dos cursos do Programa CapacitaSUAS (2012)**

<b>Curso</b>	<b>Público</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais</b>	Profissionais de nível superior que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais no âmbito dos Cras, Creas, Centros Pops, Serviços de Acolhimento Institucional e Serviços Volantes. Público dentre o qual será dada prioridade aos profissionais que possuem vínculo formal (efetivo, comissionado ou celetista) com as administrações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios	Realizar nivelamento do público elegível quanto aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais e à implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria
	Técnicos que atuam diretamente nas	Fornecer aos trabalhadores que

<b>Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS</b>	atividades de gestão dos fundos de assistência social (nível médio e superior). Dentre estes, serão priorizados os profissionais que possuem vínculo formal (estatutário, celetista e comissionado) com a Administração pública	atuam diretamente nas atividades de gestão dos Fundos de Assistência Social subsídios conceituais e tático-operativos atualizados quanto aos processos e procedimentos relacionados ao sistema de planejamento orçamentário brasileiro e à gestão financeira e orçamentária do SUAS
<b>Atualização em Indicadores para acompanhamento do SUAS e do BSM.</b>	Técnicos que atuam diretamente nas atividades de gestão dos fundos de assistência social (nível médio e superior). Dentre estes, serão priorizados os profissionais que possuem vínculo formal (estatutário, celetista e comissionado) com a Administração pública	Capacitar gestores e técnicos estaduais e municipais para realizar diagnósticos, levando em consideração o contexto socioeconômico e a dimensão da pobreza nos estados e municípios, de forma a subsidiar a elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, bem como o acompanhamento dos programas e ações do SUAS e do BSM.

Fonte: SAGI, elaboração própria.

Cabe destacar, que o Projeto Pedagógico disponibilizado pelo MDS aos Estados e DF parte de alguns princípios, quais sejam: a) o princípio da educação permanente, ou seja, o processo de atualização e renovação contínua e cotidiana das práticas profissionais e condutas existenciais de pessoas, equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis; b) centralidade dos processos de trabalho, ou seja, o processo de trabalho é fator preponderante para a construção e execução dos cursos de capacitação; c) aprendizagem significativa, ou seja, o processo de aprendizagem deve ter significado para o trabalhador, possibilitando desenvolver a capacidade de os trabalhadores aprenderem de forma coletiva nos seus próprios ambientes de trabalho e a partir das experiências nele vivenciadas.

Outra discussão importante posta no Projeto Pedagógico do Programa CapacitaSUAS refere-se às competências socioprofissionais requeridas pelo SUAS. Para cada curso são requeridas algumas competências, compreendida pelo “conjunto de

conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos da instituição, órgão, equipamento, ou serviço no quadro dos quais exerce sua atividade profissionais” (Projeto Pedagógico do Curso de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, 2012).

Essas competências (que deverão em alguma medida ser observadas na construção da pesquisa de avaliação de impacto) podem ser visualizadas no quadro que se segue:

**Quadro 04 – Competências Socioprofissionais Requeridas pelo SUAS**

COMPETÊNCIAS	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
<b>COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS OU SISTÊMICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionadas ao cumprimento da missão e objetivos do Sistema;</li> <li>✓ Relacionadas ao funcionamento processual da arquitetura organizacional do SUAS: relações federativas entre diferentes órgãos, instâncias, unidades e equipamentos que compõem o sistema ou implicados com a sua implementação;</li> </ul>
<b>COMPETÊNCIAS PARTICIPATIVAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionadas à participação em conselhos, conferências e nos serviços, ao exercício do controle social das políticas públicas e à compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade e pelos movimentos sociais na efetivação dos direitos socioassistenciais (participação nos serviços);</li> </ul>
<b>COMPETÊNCIAS COLETIVAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionadas ao desenvolvimento do trabalho em equipe, que resulta da articulação ou combinação sinérgica das competências individuais para consecução de um mesmo objetivo;</li> </ul>
<b>COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionadas ao desempenho da função e atribuição que cada profissional desempenha no processo de trabalho de uma dada organização;</li> </ul>
<b>COMPETÊNCIAS GERENCIAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionadas ao gerenciamento de órgãos, unidades, equipamentos, serviços, e equipes de trabalho, planejamento de serviços e ações.</li> </ul>

Fonte: Projeto Pedagógico Curso Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, 2012. Disponível em [www.sagi.mds.gov.br/capacitasuas](http://www.sagi.mds.gov.br/capacitasuas)

Após a formalização dos contratos, governos estaduais e IES contratadas participam obrigatoriamente de uma atividade definida pela SAGI como **Oficina de Alinhamento de Conteúdos**. Nestas oficinas, que ocorrem em Brasília, antes da execução dos cursos nos estados, são apresentados pelo MDS, para cada curso, a matriz pedagógica, os recursos pedagógicos necessários para seu desempenho, os materiais de referência para aprofundamento da discussão pelos professores e orientações gerais do



MDS a respeito da execução de suas políticas. Participam destas oficinas de alinhamento os representantes das gestões estaduais do Programa CapacitaSUAS, coordenadores pedagógicos e professores dos cursos ofertados.

Desde 2012 foram realizadas 7 (sete) oficinas de alinhamento envolvendo professores das IES e técnicos de estados com participação de 161 pessoas. Estiveram presentes representantes dos estados de Acre, Amazonas, Paraíba, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Roraima, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Espírito Santo

**Figura 05 – Oficina de alinhamento do Programa CapacitaSUAS**



Após a participação na oficina de alinhamento, as IES efetivamente iniciam a execução dos cursos. Abaixo encontra-se figura que contém os estados executam ou já executaram o Programa:

**Figura – 06 - Estados que executam ou já executaram o Programa CapacitaSUAS**



■ **Execução do CapacitaSUAS 2014**  
UFs que já executaram ou estão em execução

Fonte: SAGI

Os estados que até o presente momento não formalizaram contratos ainda não o fizeram basicamente pelos seguintes motivos: a) mudanças nas equipes das gestões estaduais; b) atrasos nos processos licitatórios ocasionados pela burocracia e incompreensão das Procuradorias Gerais dos Estados sobre o conceito de credenciamento; c) burocracia de algumas IES para assinar os contratos e receber os recursos o que dificultou o início de alguns contratos e a não assinatura de outros.

Ainda cabe destacar que a distribuição das vagas por curso em cada estado passou pelas instâncias de pactuação do SUAS existentes em cada esfera da Federação. Dessa maneira, garante-se que seja exercido o controle social do Programa no âmbito dos Estados.

Para a primeira etapa serão ofertadas mais de 37 mil vagas em todo o território nacional conforme demonstrado no quadro que se segue:

**Quadro 5 – Distribuição de vagas ofertadas na primeira etapa do Programa CapacitaSUAS por Estado – 2012.**

<b>Estado</b>	<b>Meta de capacitação pactuada</b>
AC	250
AL	1075
AM	707
AP	250
BA	2250
CE	2250
DF	565
ES	870
GO	1980
MA	2215
MG	2250
MS	985
MT	1005
PA	2190
PB	1545
PE	2250
PI	1135
PR	2030
RJ	2250
RN	1560
RO	425
RR	250
RS	1900
SC	1160
SE	740
SP	2250
TO	725
<b>Total</b>	<b>37062</b>

Fonte: SAGI

Em relação ao Monitoramento do Programa, o mesmo tem sido feito de acordo com as atribuições comuns ao Governo Federal e estados no âmbito do Programa. Como trata-se de recursos financeiros transferidos via Fundo a Fundo, o governo federal por meio da SAGI e SNAS desenvolveram um instrumento de Monitoramento das ações pedagógicas dos cursos que está sendo aplicado tanto por técnicos das Secretarias

quanto por consultores contratados para este fim. Este instrumento contempla itens que vão da infraestrutura à questões pedagógicas vinculadas ao Projeto Pedagógico anteriormente encaminhado aos estados. A partir dos resultados objetivos deste instrumento, a SAGI encaminha orientações para melhoria e aprimoramento da execução dos cursos para as equipes estaduais. Estas por sua vez, recomendam tais melhorias para as IES contratadas. Em relação aos estados, os mesmos são os gestores dos contratos junto as IES e fazem a gestão dos contratos em nível estadual.

**Figura 07 – Oficina de aprendizagem – Estado Pernambuco, 2014**



A seguir serão discutidas algumas especificidades do Programa que impactam diretamente na constituição do problema de pesquisa.

#### 2.5.2) Especificidades do Programa que influenciam no problema

##### a) Programa de âmbito nacional.

Por se tratar de um Programa de Capacitação presencial de âmbito nacional, o Programa CapacitaSUAS mobiliza trabalhadores do SUAS de todos os municípios brasileiros, que se deslocam para participação nos respectivos cursos. Por se tratar de

um Programa Nacional, qualquer metodologia de avaliação de impacto deve considerar a dimensão continental do país e a temporalidade para sua execução, além das especificidades regionais e o pacto federativo.

b) Diferentes responsabilidades dos entes federados no âmbito do Programa

Conforme explicitado anteriormente, cada ente da federação tem responsabilidades específicas para a execução do Programa. Nem sempre estas responsabilidades estão claras para todos os entes ou nem sempre essas responsabilidades são efetivamente verificadas quando da execução do Programa. Assim para alguns entes da Federação, não está claro a importância de se realizar qualquer ação de avaliação do Programa.

c) Poucos profissionais habilitados para ofertar cursos no âmbito do SUAS

Por meio de observação tanto nas oficinas de alinhamento realizadas pela SAGI quanto nas atividades de monitoramento do Programa CapacitaSUAS, percebe-se não raro a situação em que há poucos profissionais que tenham domínio teórico e prático da Política de Assistência Social. Tal situação implica por um lado na dificuldade das IES contratadas em contarem com quadros técnicos para a oferta qualificada dos cursos e por outro um esforço adicional para a SAGI quando da realização de oficina de alinhamento de conteúdos. Dessa maneira, os resultados da execução dos cursos são afetados por esta realidade.

d) Rotatividade dos profissionais nos municípios

Percebe-se que no SUAS, há grande rotatividade dos profissionais que trabalham nos municípios, o que dificulta a realização de pesquisa de avaliação. Por outro lado, esta situação impõe a SAGI a urgência de se realizar pesquisa de avaliação de impacto no âmbito do Programa CapacitaSUAS

## 2.6) Descritores dos resultados esperados

Abaixo encontram-se os principais descritores dos resultados esperados deste TCC:

### **a) construção de parcerias com Estados para aplicação da pesquisa**

Para este descritor deverá ser utilizado o seguinte meio de verificação: instrumentos de formalização de parceria entre Governo Federal e Estados (convênio, termo de cooperação técnica ou congêneres). Estas parcerias destinam-se sobretudo a detalhar as ações conjuntas entre MDS e Governos Estaduais no sentido de aplicarem metodologia de avaliação do Programa conforme cada realidade. É de sublinhar que tais parcerias induzem a organização e a prática das ações de avaliação no âmbito das equipes estaduais de gestão do trabalho do SUAS.

### **b) Elaboração de pesquisa de avaliação de impacto que leve em consideração as competências requeridas pelo SUAS;**

Para este descritor deverão ser utilizados os seguintes meios de verificação: acordo conceitual definido; definição das perguntas de pesquisa; construção de instrumentos de avaliação de impacto e por fim proposta de pesquisa de avaliação de impacto elaborada e validada pelo MDS. Para cada item constitutivo deve-se construir uma agenda de implementação a partir das ações precípuas dos Departamentos de Formação e Disseminação e Avaliação presentes na SAGI.

### **c) Construção de amostra significativa para a aplicação da pesquisa junto aos trabalhadores do SUAS que já participaram dos cursos presenciais do Programa CapacitaSUAS e trabalhadores que não participaram dos cursos;**

Para este descritor deverá ser utilizado o seguinte meio de verificação: amostra estatística ou não estatística construída e validada. Esta amostra deverá levar em consideração dentre outros elementos: número de técnicos pesquisados em relação ao universo capacitado; distribuição das unidades da amostra pelo território nacional e por curso executado.

#### **d) Realização do teste da pesquisa em Municípios pré-selecionados;**

Para este descritor deverão ser utilizados os seguintes meios de verificação: planejamento de aplicação do teste da pesquisa realizado; treinamento de equipe para a aplicação dos questionários realizado; teste de pesquisa realizado; análise dos resultados feita; correções do instrumento de pesquisa realizadas.

#### **e) Aplicação da pesquisa em território nacional (construção de estratégias para aplicação dos instrumentos)**

Para este descritor deverão ser utilizados os seguintes meios de verificação: validação final dos instrumentos de pesquisa; mobilização e sensibilização dos Estados parceiros para a aplicação da pesquisa, treinamento da equipe de campo realizada, organização da logística de aplicação da pesquisa, monitoramento da aplicação da pesquisa.

#### **f) Análise dos resultados da pesquisa**

Para este descritor deverão ser utilizados os seguintes meios de verificação: construção de análise qualitativa e quantitativa da pesquisa; debate sobre a validade dos resultados encontrados.

#### **g) Aprimoramento do Programa CapacitaSUAS.**

Para este descritor deverão ser utilizados os seguintes meios de verificação: alterações conceituais nos projetos pedagógicos; publicização dos resultados para todos os entes da federação, redesenho das ofertas do Programa.

#### **2.7) Qual é a proposta? O que deve ser feito para equacionar o problema?**

A proposta se assenta na organização de metodologia de avaliação de impacto envolvendo atores governamentais de todas as esferas da federação afetos ao Programa CapacitaSUAS. Para tanto deverá aportar recursos financeiros suficientes para o seu custeio.

A construção de metodologia de pesquisa de avaliação leva em consideração no âmbito das ações do Departamento de Formação e Disseminação da SAGI, a construção do modelo lógico do Programa, descrição das ações de avaliação a ser pesquisadas, indicação no Projeto de Lei Orçamentária de 2015 de recursos específicos para a realização da pesquisa.

## 2.8) Análise de viabilidade e plano de ação

A pesquisa é viável do ponto de vista institucional pois trata-se de atribuição da SAGI a realização de Avaliação de Programas do MDS. Para tanto deverá destacar orçamento específico para este fim. Estima-se para o próximo ano a destinação de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a serem utilizados na construção e aplicação da Pesquisa. Porém tal proposta passa pelo crivo da alta gestão do MDS e do próximo Governo. Caso seja possível, sugere-se a articulação de recursos adicionais oriundos de Acordo de Empréstimos junto a Organismos Internacionais tais como o BIRD e BID para a contratação de consultores que auxiliarão na execução do plano de avaliação.

O plano de ação a ser desenvolvido deverá ter como orientação a execução a partir do primeiro semestre de 2015. Cada descritor de resultado deverá ter prazo para ser concluído e o plano deverá ser monitorado, tendo como perspectiva a construção de indicadores de monitoramento. Sugere-se que ainda em 2014, as etapas predecessoras da construção do Planejamento sejam elaboradas e já acordadas tais como: conceito a ser utilizado, instrumentos de parceria com Estados para aplicação da pesquisa.

## 2.9) Análise de atores envolvidos e interesses

Os principais atores envolvidos são: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mais precisamente as Secretarias de Avaliação e Gestão da Informação e Secretaria Nacional de Assistência Social; Conselho Nacional de Assistência Social; Governos estaduais e Distrital, mais precisamente as Secretarias responsáveis pela Política de Assistência Social.

A solução proposta afeta os interesses de todos os atores na medida em que poderão ressignificar suas visões a respeito da organização e execução do Programa



CapacitaSUAS, aprimorando-o por meio de resultados robustos e consistentes de pesquisa de avaliação de impacto. Todos os atores são favoráveis a realização da proposta.

#### 2.10) Análise dos riscos

Os principais riscos para a proposta podem assim ser itemizados **(deverão ser problematizados e/ou ampliados até a entrega da versão final)**

- 1) Risco. Interrupção do Programa pós eleição de 2014
- 2) Risco. Não adesão dos Estados para a realização da Avaliação
- 3) Risco. Recursos Humanos insuficientes para a execução da pesquisa.

#### 2.11) Balanço do Projeto

O Balanço do Projeto deverá ser realizado quando o mesmo estiver concluído. No momento é possível analisá-lo tendo como perspectiva: a) há acúmulo teórico para a sua concretização; b) há compreensão suficiente do Programa; c) há insumos suficientes para a construção da pesquisa.

Ao mesmo cabe salientar que a execução do Projeto somente será factível se houver a continuidade da execução do Programa a partir de 2015.

### 3) CONCLUSÃO

A política pública de Assistência Social consagrada na Constituição Federal de 1988 tem seu caráter universal, democrático e participativo corroborado com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Conforme preconizado na LOAS, a Assistência Social é direito de todos e dever do Estado, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.(Art.1º.)

Os objetivos da Assistência Social podem ser definidos como: a) proteção social, b) vigilância socioassistencial; c) defesa de direitos. No tocante aos seus princípios, pode-se afirmar que, em linhas gerais, contemplam o atendimento universal a necessidades sociais causadas pela exclusão econômica universalização dos direitos sociais e o respeito a dignidade cidadã. A Política de Assistência Social se organiza por meio do SUAS, Sistema Único de Assistência Social, cujos objetivos são: a) consolidar a gestão compartilhada, ao cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; b) integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais.

Milhares de trabalhadores compõem atualmente o SUAS, atuando em todas as esferas da Federação, tanto nas instituições governamentais quanto na rede socioassistencial privada, ou rede complementar do Sistema. Tais trabalhadores precisam se capacitar constantemente para atualização de conteúdos e práticas profissionais. Neste sentido, e respondendo a diversas deliberações das Conferências de Assistência Social, o MDS criou o Programa CapacitaSUAS, conforme discutido anteriormente. Percorreu-se neste TCC a trajetória de descrição e reflexão do momento atual da execução do Programa CapacitaSUAS.

Conforme descrito anteriormente, o Programa se executa por meio de parcerias entre o Governo Federal e Governos Estaduais, num exemplo claro do federalismo cooperativo.

Ainda o Programa situa-se na concepção proposta por Greiner do Estado necessário, ou seja, um Programa que contribui para a ampliação da qualidade de vida

da população, respondendo às necessidades represadas de qualificação dos trabalhadores do SUAS em todo o território nacional.

A proposta de trabalho apresentada neste TCC partiu da reflexão a respeito da importância de se conhecer os conceitos relacionados à política pública com olhar mais aprofundado a respeito de uma das fases do ciclo: a avaliação.

Buscou-se problematizar os tipos, características e fases da avaliação e uma de suas modalidades avaliação de impacto no contexto de ações de capacitação. No caso, o objeto de estudo tratou de relacionar a proposta de metodologia de Avaliação de Impacto do Programa CapacitaSUAS. Para tanto, propôs-se no âmbito da SAGI a construção e execução de metodologia de avaliação de impacto do Programa, objetivando seu aprimoramento e a conseqüente melhoria de prestação de serviço público para a população.

#### 4) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo**. Revista Brasileira Ciências Sociais, v. 14, n. 40, p.111-141, jun. 1999a.

\_\_\_\_\_. Estudo sobre avaliação. In: RICCO, Elisabeth Mello (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1999b.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75)

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DI GIOVANNI, Geraldo. As estruturas elementares das políticas públicas. In: **Caderno de Pesquisas**, nº 89, 2009, UNICAMP, 32p.

FIGUEIREDO, Marcos F.; FIGUEIREDO, Argelina M. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. Textos IDESP, São Paulo, n. 15, 1986.

JANNUZZI, P.M. et AL. **Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação, os problemas dos programas públicos no Brasil são**. Caderno EIAPP. Brasília, 2010. PP.101-137

RUA, Maria da Graças. Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos In: **O Estudo da Política: Tópicos Selecionados** ed.Brasília : Paralelo 15, 1998

SILVA, Pedro L. B; MELO, Marcus A. B. de. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. IN: **Caderno de Pesquisas do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas**. UNICAMP, 2000, nº 48, 17 p.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: **Políticas públicas;** coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v. pp. 21-42

WEISS, Carol H. **Evaluation research: methods of assesing program effectiveness.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1972.